

ESCOLAS PANTANEIRAS: O SONHO QUE NÃO VIROU REALIDADE

Aparecida de Sousa dos Santos¹

RESUMO

As Escolas Pantaneiras se localizam no Pantanal de Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste e estão vinculadas à Secretaria Municipal de Educação da cidade de Aquidauana. Sua criação nasceu da vontade e interesses dos fazendeiros da região pantaneira do município, em manter seus funcionários, com filhos em idade escolar, na fazenda. Com objetivo geral de compreender melhor o funcionamento dessas escolas, traçamos os seguintes objetivos específicos: a) compreender o processo de origem, criação e concepção das escolas pantaneiras; b) caracterizar a Escola Pantaneira Santana em sua especificidade de estar inserida numa fazenda no Pantanal Sul-Mato-Grossense e; c) examinar, a partir da visão dos seus fundadores, gestores, professores e pais de alunos, se Escola Pantaneira Santana, possibilitou a formação diferenciada em seu processo pedagógico voltado para o ambiente natural do Pantanal. Para o desenvolvimento da pesquisa do tipo qualitativa, foi realizado um levantamento bibliográfico e um levantamento de documentos a fim de compreender a origem dessas escolas. A ferramenta de investigação adotada foi a entrevista semiestruturada e as impressões e reações das conversas registradas no diário de campo. Concluímos as Escolas Pantaneiras se afastaram do projeto original passando a oferecer uma educação urbanizada caracterizando-a hoje como uma Escola Rural.

Palavras-chave: Escolas Pantaneiras. Educação. Cultura.

PANTANEIRAS SCHOOLS: THE DREAM THAT DID NOT BECOME REALITY

ABSTRACT

The Pantaneiras schools are located in the Pantanal of Mato Grosso do Sul, in the Midwest region and are linked to the Municipal Education Department of the city of Aquidauana. Its creation was born from the will and interests of farmers in the Pantanal region of the municipality, in keeping their employees, with school-age children, on the farm. With the general objective of better understanding the functioning of these schools, we outline the following specific objectives: a) understand the process of origin, creation and conception of the Pantanal schools; b) characterize the Escola Pantaneira Santana in its specificity of being inserted in a farm in the Pantanal Sul-Mato-Grossense and; c) examine, from the viewpoint of its founders, managers, teachers and parents of students, whether Escola Pantaneira Santana enabled differentiated training in its pedagogical process aimed at the natural environment of the Pantanal. For the development of qualitative research, a bibliographical survey and a survey of documents were carried out in order to understand the origin of these schools. The research tool adopted was the semi-structured interview and the impressions and reactions of the conversations recorded in the field diary. We concluded the Escolas Pantaneiras moved away from the original project and started to offer an urbanized education characterizing it today as a Rural School.

Keywords: Pantaneira Schools. Education. Culture.

Recebido em 05 de outubro de 2021. Aprovado em 22 de outubro de 2021.

¹ Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, CAPES/PROSUC. E-mail: aparecidapolini@hotmail.com,

INTRODUÇÃO

As escolas Pantaneiras se localizam no Pantanal de Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste e estão vinculadas à Secretaria Municipal de Educação da cidade de Aquidauana, vale destacar que a escola mais próxima da cidade de Aquidauana dista em 70 km, que é o Núcleo Escolar Joaquim Alves Ribeiro, localizada na Fazenda Taboco.

Foi a partir da vontade e interesses dos fazendeiros da região pantaneira do município de Aquidauana e de Organizações Não-Governamentais (ONGs), que essas escolas pantaneiras foram construídas. As ONGs participaram do projeto de construção das escolas pantaneiras interessadas nas questões ambientais e de preservação, já os fazendeiros tinham o interesse de manter seus funcionários, com filhos em idade escolar, na fazenda.

Com objetivo geral de compreender melhor o funcionamento dessas escolas, traçamos os seguintes objetivos específicos: a) compreender o processo de origem, criação e concepção das escolas pantaneiras; b) caracterizar a Escola Pantaneira Santana em sua especificidade de estar inserida numa fazenda no Pantanal Sul-Mato-Grossense e; c) examinar, a partir da visão dos seus fundadores, gestores, professores e pais de alunos, se Escola Pantaneira Santana, possibilitou a formação diferenciada em seu processo pedagógico voltado para o ambiente natural do Pantanal.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Pantaneira Santana que é uma escola municipal e rural pertencente ao Núcleo Escolar da Fazenda Santana, localizada a 95 km da cidade de Aquidauana, na BR 419, que se liga ao Município de Rio Negro, em Mato Grosso do Sul.

A pesquisa foi orientada pelas teorias Pós-Críticas pois, traçam “[...] um projeto social emancipatório e democrático, ou seja, de certo modo emergiram, como as novas esquerdas, das teorias críticas e da esquerda tradicional” (Oliveira e Sússekind, 2017, p. 1), e rejeitam teorias, modelos e convenções das teorias críticas que influenciaram os debates críticos no pensamento educacional brasileiro sobre as relações entre o capitalismo e as políticas educacionais voltadas para perpetuação por educadores progressistas ligados ao universo do marxismo que influenciaram o fazer pedagógico voltado para realidade local de determinada escola inserida no seu contexto sociocultural (OLIVEIRA, SÜSSEKIND, 2017).

Além de estar direcionada pela teoria Pós-crítica, optamos pela pesquisa qualitativa; pois se fundamenta, não em dados, mas em impressões, ideias, muitas vezes, em subjetividade interpretativa produzida a partir da memória afetiva. Nas ciências sociais, os fenômenos não se reproduzem em laboratórios ou em dados estatísticos, pois cada realidade apresentada em suas construções ou reconstruções pode ser parcial e depende sempre de elementos que a consubstanciem como documentos, observações, sensibilidades e perspectivas (DEMO, 1989).

Em primeiro momento foi realizado um levantamento bibliográfico na busca de fundamentos em fontes diversas aferindo-se as informações que permitam ao investigador a cobertura dos fenômenos produzidos ou analisados os quais dão a essa uma realidade mais ampla (GIL, 2017). Num segundo momento, fizemos um levantamento de documentos, os quais foram examinados como fonte de dados e não receberam tratamento analítico, mas serviram para uma interpretação complementar, o que nos possibilitou dirigir a investigação por enfoques diferenciados (GIL, 2017).

A ferramenta de investigação adotada foi a entrevista semiestruturada, pois, o entrevistador pode conduzir a entrevista para qualquer direção que ache adequada. Nesse caso, as perguntas são abertas podendo ser respondidas durante a conversação (MARCONI e

LACATOS, 2003).

As respostas foram gravadas em mídia móvel e depois foram extraídas por uma transcrição, descrevendo-se os pontos mais importantes e com foco na informação que se desejou obter. Os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, autorizando a utilização de suas histórias. Os nomes dos entrevistados foram trocados por nomes de árvores do Cerrado/Pantanal preservando assim suas identidades.

Análise dos Dados

As escolas Pantaneiras se localizam no Pantanal de Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste e estão vinculadas à Secretaria Municipal de Educação da cidade de Aquidauana, vale destacar que a escola mais próxima da cidade de Aquidauana dista em 70 km, que é o Núcleo Escolar Joaquim Alves Ribeiro, localizada na Fazenda Taboco.

Foi a partir da vontade e interesses dos fazendeiros da região pantaneira do município de Aquidauana e de Organizações Não-Governamentais (ONGs), que essas escolas pantaneiras foram construídas. As ONGs participaram do projeto de construção das escolas pantaneiras interessadas nas questões ambientais e de preservação, já os fazendeiros tinham o interesse de manter seus funcionários na fazenda.

Os fazendeiros tinham interesse na implantação dessas escolas, visando a permanência, a capacitação e a valorização dos trabalhadores locais, juntamente com os seus filhos, assim evitariam a separação das famílias e também, o êxodo rural. A implantação das escolas na região do pantanal garantia a permanência e a mão de obra e qualificação da população evitando o êxodo rural. (Entrevista realizada com CARANDÁ, 2020).

Quando os filhos dos peões entravam em idade escolar, eles deixavam o emprego e se mudavam para a cidade ou para fazendas próximas às cidades, oportunizando o estudo para seus filhos, pois desejavam um futuro diferente e mesmos sofrido para eles.

Anterior à implantação das escolas pantaneiras, haviam as “escolinhas da fazenda” mantida pelos proprietários das fazendas. Eram escolas que ensinavam a ler, escrever e contar, onde as esposas ou mães dos proprietários eram as professoras, mas essas escolas não tinham ligação nenhuma com os órgãos regulamentadores da educação.

Há escola no Pantanal desde 1931. O diferencial é que o fazendeiro contratava alguém para ensinar a contar, escrever e ler. As Irmãs Solange Albuquerque e Sueli Toledo professoras pantaneiras confirmam tal afirmação. Algumas outras, como a Fazenda Tupanciretã, consta nos arquivos a data de 1948. Já a região do Tabôco, teve escola na Fazenda São Roque de propriedade do Zelito Lemos Monteiro, onde sua avó ministrava aula para as crianças da região. (Entrevista realizada com IPÊ ROSA, 2020).

Embora alguns proprietários de fazendas, no município de Aquidauana, por iniciativa própria, já mantivessem algumas “escolinhas da fazenda”, assim chamadas por muitos, essas escolas não atendiam a todas as crianças, pois as fazendas eram e são muito distantes uma das outras, além disso não tinham espaço para atender a enorme **quantidade** de crianças em idade escolar que **moravam** no Pantanal e estavam fora da escola.

O projeto previa uma organização do currículo e do calendário letivo diferenciado do padrão das escolas urbanas, privilegiando e respeitar as características físicas, climáticas, sociais e culturais da região.

Os alunos famílias, funcionários da Fazenda também levava em consideração a época das cheias que vai de março a novembro. O senhor Francisco Carlos Trindade Leite, secretário de educação, tinha que levar em conta todas as especificidades que o Pantanal tem, organizar então o projeto político pedagógico PPP voltado para especificidade do Pantanal e um currículo que atenda às necessidades dos alunos pantaneiros. (Entrevista realizada com BOCAIUVA, 2020).

Foi criada uma organização escolar própria, com 8h. (oito horas) diárias de aula; seis meses de duração do ano letivo; respeitando a sazonalidade - o ciclo das águas e conteúdos curriculares e metodologias específicas a realidade local; temas relevantes e de interesses dos alunos do Pantanal (Entrevista realizada com IPÊ-ROSA, 2020).

O que previa o projeto original das Escolas Pantaneiras – expectativas

O projeto da Escola Pantaneira previa uma educação integral com um calendário diversificado, devido ao ciclo das águas do Pantanal que ditam a vida dos pantaneiros e animais dessa região. Foi pensada para ser um modelo de educação fugindo dos padrões conhecidos das “escolas da fazenda”; onde não apenas ensinasse o básico para subsidiar a permanência na fazenda, mas propiciasse aos seus educandos oportunidades de concorrer em pé de igualdade com estudantes de qualquer parte do país, assim como adquirir subsídios para enfrentar os desafios da vida adulta no campo ou em área urbana sem perder sua identidade.

Tornou-se necessário pensar numa escola que propusesse:

[...] a manutenção, a consolidação e a disseminação da cultura própria da região pantaneira, nos seus aspectos históricos, artísticos e sociais, o que requer uma escola em perfeita sintonia com o ambiente, capaz de trabalhar em harmonia e com equilíbrio os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, voltados à realidade local (AQUIDAUANA, 1998, p. 19).

A educação das escolas pantaneiras foi associada ao ambiente por ser o contexto do homem do campo. Além de seu estilo de vida ser totalmente adaptado às condições ambientais, desse mesmo ambiente é retirado seu sustento, não podendo ser ignorado.

A condição de vida do pantaneiro de modo geral, e em particular as condições de locomoção, acesso e o próprio regime de trabalho são regidos predominantemente pelas condições climáticas locais - leia-se regime de cheias/secas. Dessa forma qualquer projeto educacional para a região, se deseja realmente oferecer condições de acesso e permanência na escola, deve ter o seu calendário de atividades ajustado para essas condições (AQUIDAUANA, 1998, p. 30).

O calendário escolar proposto no Projeto Escolas Pantaneiras, inicialmente deveria ser realizado em 115 dias letivos e deveria oferecer atividades em período integral, de forma a assegurar um mínimo de 800 horas-relógio de efetiva atividade em cada ano letivo. O calendário estava de acordo com a LDB, no § 2º, do art. 23, que reza: "O calendário escolar deve adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta lei." (BRASIL, 1996, [s/p]). Dessa forma, a adaptação foi prevista da seguinte maneira:

[...] assegurar períodos, no mínimo mensais, para liberação dos alunos às suas casas e dos professores à cidade, para fins de recebimento de salário e reciclagens. Iniciar as atividades no mês de abril, com término até o meado do mês de novembro, período esse coincidente com o ciclo de seca na região. Os horários das atividades (início, término e intervalos) são flexíveis a cada núcleo escolar, visando atender a necessidade de tempo para o deslocamento dos alunos de suas casas até a Escola e as condições climáticas reinantes no período; o importante é cumprir a jornada diária de atividades com a carga horária prevista (AQUIDAUANA, 1998, p. 30).

O currículo escolar, este foi baseado em teóricos como Dewey, ou seja, no pragmatismo, que diz respeito à prática, pois a verdade é mutável dependendo da situação e experiência vivida por cada um. Para Dewey (1978, p. 61) “o valor dos conhecimentos sistematizados num plano de estudos está na possibilidade, que dá ao educador, de determinar o ambiente, o meio necessário à criança e, assim, dirigir indiretamente a sua atividade mental”. Os objetivos deveriam ser bem definidos para produzir efeitos sobre os conteúdos e habilidades a partir das experiências de vida do aluno e da apropriação de saberes e capacidades.

Havia uma recomendação manter o “[...] equilíbrio no sentido de preparar o aluno para uma integração com o meio urbano sem, entretanto, estimular a sua urbanização”, ou seja, preparar o aluno para uma educação universal, a partir da sua realidade rural, pois, no mundo globalizado, era importante ter várias experiências de aprendizagens (AQUIDAUANA, 1998, p. 35).

A respeito do professor em relação à aquisição desses saberes, eram incentivados e motivados a organizar o processo de aprendizagem, considerando-se as necessidades, aptidões, e respeito às experiências vividas e adquiridas, sendo essa a inteligência social que compõe os conceitos sócio-histórico-culturais no qual esse indivíduo está inserido, inclusive os livros didáticos deveriam ser adaptados e voltado à realidade pantaneira.

No projeto político pedagógico (PPP) original, previu-se trabalhar o aluno de forma individualizada, de acordo com suas necessidades, mas as classes eram multisseriadas. Na parte diversificada, deveria ter tempo para o estudo da Arte, Culturas Regionais, e Inglês como língua estrangeira e universalizada com adaptações à realidade local valorizando flora, fauna e objetos de uso diário, tais como o arreo e os seus componentes. Deveria conter espaços para Recreação e Jogos, justamente por sua modalidade de tempo integral.

Os componentes curriculares de Português, Matemática, História, Geografia e Ciências apresentavam uma carga horária única para todos os componentes. Essa é a grande característica de flexibilidade da proposta de ensino da Escola Pantaneira, pois, nesse modelo adotado:

[...] permite ao professor trabalhar de forma interdisciplinar, além de poder dar a ênfase àquele(s) componente(s) que a turma mais necessite, a partir das necessidades dos alunos, suas experiências vividas e tendo em vista as habilidades e competências que se espera que o aluno adquira.” (AQUIDAUANA, 1998, p. 39).

Sobre os componentes curriculares Arte e Cultura Regionais, destacou-se a importância de se trabalhar a diversidade cultural brasileira e enfatizar a arte e cultura pantaneiras advindas da “[...] formação cultural dos povos locais, a partir do entendimento da história regional e deve destacar a arte como expressão individual e social em todos os seus aspectos - a música, a pintura, o artesanato, etc.” (AQUIDAUANA, 1998, p. 39). Recomendou-se que esse componente curricular fosse ofertado, por integrantes da comunidade local; por estarem mais aptos e se produzissem seus conteúdos por meio de oficinas. Houve a adoção da oferta de estudo dos componentes curriculares por ciclos, o que permitiu garantir ao aluno concluir seus estudos sem repetir anos.

Houve a inclusão dos temas transversais enfatizando os valores próprios da sociedade pantaneira, a cooperação e o conhecimento, e o respeito ao ecossistema Pantanal. Garantindo iniciativas transdisciplinares que levassem ao aprimoramento da convivência humana e o respeito e conservação do meio ambiente, incluindo atividades de conservação energética, fontes alternativas, destino correto do lixo e dejetos, dentre outros. Sobre a conservação ambiental o projeto previa a participação da família e da comunidade.

A proposta pioneira das Escolas pantaneiras foi iniciada em 1998, na região do Pantanal de Aquidauana, Mato Grosso do Sul, o Projeto Escolas Pantaneiras, da Prefeitura e

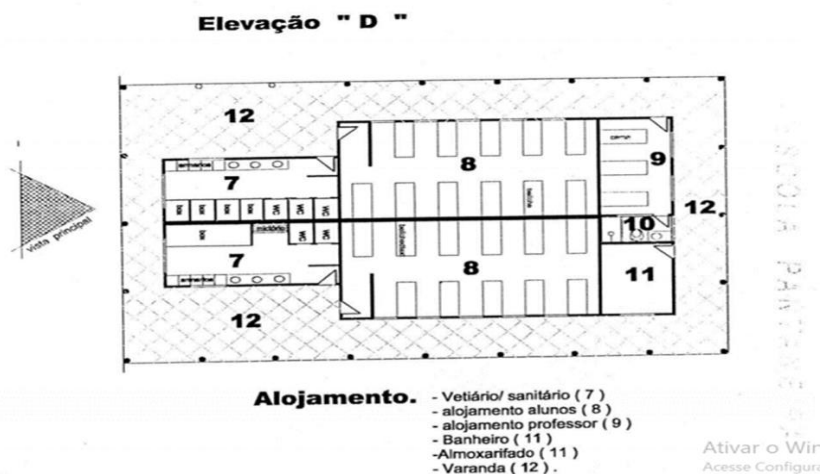
Rede Municipal de Ensino de Aquidauana, além da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (SECE) (AQUIDAUANA, 1998).

Figura 1 - Croqui da Escola Pantaneira - Projeto inicial



Fonte: Aquidauana (1998)

Figura 2 – Planta baixa da Escola Pantaneira - Projeto inicial



Fonte: Aquidauana (1998)

A escola foi criada como Escola Municipal Pantaneira, operacionalizando o Projeto Escolas Pantaneiras, no ano 2000, por meio do Decreto Municipal Nº 1730/2000, iniciando o ano letivo neste mesmo ano.

A iniciativa pretende alcançar a totalidade da área pantaneira do município, através da criação e instalação de núcleos escolares estrategicamente localizados no sentido de aglutinar a clientela de microrregiões geograficamente delimitadas em função de fatores tais como bacia fluvial, condições e/ou tipo de acesso, número de propriedades e população potencial permanente em idade escolar. Tais escolas funcionarão com calendário especial que respeite os ciclos de cheia-seca do pantanal e com currículo diferenciado que contemple, além da base nacional comum, sólidos conhecimentos da ecologia pantaneira, a valorização da história e cultura locais, as noções de higiene e saúde, além de oferecer programas de profissionalização básica nas atividades da pecuária pantaneira. A essência da proposta reside na efetiva parceria entre o poder público (em todas as suas esferas) e a comunidade, está representada pelos alunos, suas famílias e pelos proprietários rurais da região (AQUIDAUANA, 2000, [s/p.].

Os fazendeiros que aderiram ao Projeto Escolas Pantaneiras contribuíam com a disponibilização do espaço para construção da Escola Pantaneira, organizando seus espaços físicos, o alojamento dos professores, funcionários e alunos, quando fosse necessário, conforme se propôs no projeto original, fornecendo ainda, carne, leite e ovos (AQUIDAUANA, 1998; THIMOTEO, 2003).

A SECE se responsabilizou pelos demais gêneros alimentícios, contratação da mão de obra, como professores, e demais servidores administrativos. A Prefeitura providenciou o chamamento para as possíveis parcerias com diversas instituições públicas ou privadas em busca de apoio, como as ONGs.

O projeto foi ampliado com a entrada de novas parceiras: a WWF-Brasil (Fundo Mundial para a Natureza) e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

A parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) estava vinculada à assistência à saúde dos alunos no Projeto “UFMS vai à escola”, ofertando atendimento nas clínicas de pediatria, oftalmologia, ortopedia e cardiologia. A UFMS também contribuía com a formação em nível superior dos docentes e participava efetivamente nas orientações técnicas para a sistematização do PPP da Escola Pantaneira; avaliação do currículo; e a elaboração do Regimento Escolar.

A WWF articulada com outras ONGs como: Conservation International do Brasil (CI-BRASIL) e Earthwatch Institute criaram:

[...] o Centro de Pesquisa para Conservação da Biodiversidade, com base na Fazenda Rio Negro. Voluntários de todo mundo, liderados por pesquisadores renomados, participam de pesquisas sobre as espécies da região, além de vivenciar a importância dos esforços de conservação do Pantanal e participei por várias vezes. Até cheguei a convencer os pesquisadores sobre a importância de todos os professores das demais escolas pantaneiras participarem da formação/expedição. Deu certo, vários professores tiveram o privilégio de conhecer projetos como SAPICUÁ PANTANEIRO; projetos da ECOA e da UEMS, onde aprenderam sobre organização da comunidade, sociabilidade; sustentabilidade e resolução de conflitos. Além de adequar-se à natureza da ocupação (trabalho) na região; necessário que levasse ao resgate da arte e da cultura local. (Entrevista realizada com IPÊ ROSA, 2020).

A ONG WWF também viu possibilidades para trabalhar a Educação Ambiental (EA) e traçou como meta:

[...] consolidar a identidade da Escola Pantaneira; realizar intercâmbios com escolas com características semelhantes; despertar os pais e as comunidades rurais para a importância dessa escola e concretizar parcerias com os diversos atores em uma esfera institucional, trabalhando com clareza o papel de cada um (THIMOTEO, 2003, p. 11).

As oficinas preparadas pela WWF serviram para formar os professores e funcionários dos Núcleos Escolares (NUCES) das Escolas Pantaneiras. Foram realizadas 4 oficinas de Educação Ambiental. Na abordagem inicial foi apresentado o projeto, que teve como marco de divulgação o “Encontro do Homem Pantaneiro”, em 1999. No ano de 2000, a WWF, colaborou com a implantação da Associação de Parceiros, Pais e Professores da Escola Pantaneira de Aquidauana (APPPEP) e, no mesmo ano, promoveu-se, a segunda oficina sobre os temas da EA e Arte e cultura pantaneira. Como resultado final da consultoria, observou-se que esses temas não eram ofertados adequadamente, pois o currículo trabalhado era das escolas rurais, não contextualizando as características regionais e cultura.

A princípio o projeto político pedagógico dos núcleos escolares Pantaneiro estava sendo usado o mesmo projeto político pedagógico das escolas rurais. Foram acrescentadas duas disciplinas a educação ambiental e arte cultural regional. Na educação ambiental foi trabalhada a localidade, pois algumas das

fazendas já fazia o trabalho de ecoturismo e a disciplina arte cultural regional era para a valorização e o aproveitamento das matérias-primas do meio onde moravam. A escola pantaneira teve muitos parceiros relevantes na trajetória da gestão do Prefeito Raul Freixes. A WWF - Brasil trabalhava a valorização do eu, do outro, comunidade, local e do coletivo. (Entrevista realizada com CARANDÁ, 2020).

Na terceira oficina, ofertada em duas etapas, foi abordado os temas: Biografia e autoconhecimento; quanto aos temas regionais trabalhou-se: manejo agropecuário, mecânica de tratores e artesanato em couro. Na etapa seguinte, houve o planejamento e a implementação da prática pedagógica; além da escolha da diretora do Projeto Escolas Pantaneiras, sendo a sede estabelecida na Fazenda Taboco (SANTOS, 2004).

A quarta oficina ocorreu para tentar aproximar a comunidade, pois havia conflitos entre os funcionários dos núcleos e os da fazenda que queriam impor o ritmo da fazenda na rotina escolar. A quinta oficina, denominada, “Escola Pantaneira: resgatando a cultura local”; foi realizada em Aquidauana, por meio de uma exposição para a sociedade Aquidauananense sobre a vivência, o conhecimento e a cultura pantaneira, fechando o primeiro ciclo de implantação e capacitações (THIMOTEO, 2003).

No encerramento das oficinas, lançou-se o desafio para a nova etapa da capacitação que seria manter os professores capacitados para dar continuidade às ideias do projeto. Pois esse era um fator complicador, e que interferia nas ações pedagógicas, já que os professores ficavam isolados nas fazendas devido às grandes distâncias que se encontravam da cidade.

Assim, o sucesso do Projeto Escolas Pantaneiras repercutiu em território nacional quando:

O coroamento do Projeto das Escolas Pantaneiras veio em dezembro de 2002, quando após concorrer com aproximadamente outros mil projetos de gestão pública e cidadania todo o território nacional, a proposta das “Escolas Pantaneiras” recebeu uma premiação em evento promovido pelas Fundações Getúlio Vargas e Ford na cidade do Rio de Janeiro. No período em que ocorreu a premiação, a Prefeitura Municipal de Aquidauana, que era responsável pela administração das escolas, já recebia os apoios fundamentais do WWF-Brasil, de Organizações Não Governamentais, de universidades, entre outros, o que foi fundamental para a concretização do projeto. (GARCIA, 2006, p. 41).

Acreditava-se que nessas escolas eram oportunizadas às comunidades ribeirinhas (filhos de isqueiros, de lavradores de agricultura familiar, mineiros) condições para efetuarem seus estudos, configurando-se como o primeiro espaço institucional de ensino conhecido por eles, quando não, o único (ZERLOTTI, 2014). Muitas vezes, é ali também que ocorre o primeiro momento de socialização da criança fora do eixo familiar, uma vez que as distâncias entre os moradores das fazendas variam de duas a quatro horas a cavalo, em períodos de seca (GONÇALVES, NOGUEIRA, 2018).

As Escolas Pantaneiras - realidade

Segundo Santos (2004) o projeto das escolas pantaneiras sofreu crises por falta de gerenciamento dos problemas administrativos, abandono dos gestores públicos e falta de funcionários administrativos e professores.

[...] com o confronto das relações de hierarquia/poder, geradas pela falta de definição dos papéis, entre os diferentes atores e suas funções, nos mais diversos níveis do PEP, SECE, e de outros agentes da sociedade civil e órgãos públicos. Os desentendimentos ocorridos, baseados em fofocas, refletiram na desunião do grupo, e na perda de visão dos objetivos do Projeto. (SANTOS, 2004, p. 57)

No ano de 2001 foram realizadas reuniões como foco no relacionamento entre proprietários, gerentes, pais e responsáveis pelos alunos com intenção de estreitarem os laços. As escolas ainda se encontravam em boas condições físicas e de funcionamento, por serem custeados pelos proprietários das fazendas, mas a prefeitura municipal, permanecia inerte com relação a:

[...] profissionalização do professor, de acordo com a realidade local, aquisição de novos parceiros de diferentes segmentos, a melhoria do espaço físico dos NUCES, a conquista da autonomia do Projeto em relação à questão política, dentro do limite possível, criação de mecanismos de fortalecimento e união do grupo do PEP, aquisição de tecnologia de informática, aumentar o número de Escolas Pantaneiras, oferecer cursos profissionalizantes nos núcleos e estudar metodologias e trabalhos consolidadas e adequadas ao Projeto (SANTOS, 2004, p. 64).

Com a participação da APPPEP foi possível estabelecer metas para a continuidade do projeto, pois, no ano de 2003, a WWF-Brasil encerrou sua participação e a continuidade do Projeto Escolas Pantaneiras no final de 2003, por falta de diálogo com a nova administração do município, dessa forma, coube aos multiplicadores, treinados e capacitados, uma participação mais ativa e compartilhada com a SECE. Santos (2004, p. 64) entende que era dever dos envolvidos continuarem na busca de valorizar a “[...] educação e da cultura pantaneira, integrada ao ambiente, onde vivem os alunos, e as parcerias, com entidades civis e públicas, nacionais e internacionais, que auxiliam na manutenção do Projeto”.

Em 2004, através da Lei Municipal nº 1919/2004, a escola teve sua denominação alterada para Escola Municipal Polo Pantaneira – zona rural, funcionando na fazenda Taboco, e as demais localizadas na área pantaneira, foram vinculados à nova escola como núcleos escolares. O projeto sofreu adequações em relação aos dias letivos e carga horária.

A entrevistada Acuri (2020), informou que o projeto original se descaracterizou de a partir de 2004, e quem o assumiu foram os multiplicadores treinados e a APPPEP, e passaram a adotar o mesmo PPP da escola urbana, com os alunos tendo quatro horas de aula por dia.

A Escola Pantaneira havia iniciado suas atividades com três núcleos escolares (NUCES) instalados: Fazenda Campo Novo; Fazenda Querência; e Fazenda Taboco. Em 2004 o Projeto Escolas Pantaneiras passou a funcionar com mais oito núcleos totalizando onze núcleos (SANTOS, 2004), que foi implantado de forma gradativa nas fazendas. O quadro 1 mostra o nome dos núcleos e as fazendas onde se localizam.

Quadro 1 – Núcleos Escolares (NUCES) do PEP

NUCES	FAZENDA
Aguapé	São José
Antônio Alves Correa	Porto Novo
Círiaco da Costa Rondon	Tupã-Cyretã
Elvira Moraes Silveira	São Roque
Figueira	Figueira
Iguaçu	Iguaçu
Joaquim Alves Ribeiro	Tabôco
José Coelho Lima	Baía das Pedras
Querência	Querência
Santana	Santana

Vale do Rio Negro	Campo Novo
-------------------	------------

Fonte: Santos (2004, p. 45)

As dificuldades, impostas pelas distâncias, e pelas condições das estradas no interior do Pantanal obrigaram à revisão da ideia original. O transporte escolar passava em uma estrada recolhendo as crianças para entregá-las na escola, mas algumas residiam a 220 km de distância da escola (AQUIDAUANA, 1998). Algumas crianças acordavam extremamente cedo para chegar no ponto de coleta do ônibus. Os pais levavam às crianças até o ponto de ônibus a cavalo, em carroças ou em tratores. Durante as aulas as crianças ficavam sonolentas.

Instituiu-se, no Projeto, o regime de aula integral para os alunos que residissem até 40 quilômetros das escolas, ou, a distância que pudesse ser percorrida diariamente, e cujo deslocamento seria feito por veículos da Prefeitura Municipal de Aquidauana. E o regime semi-integral para alunos que moravam em distâncias maiores. À função do professor, foi agregada novas responsabilidades, passando, agora, ao papel de pai/mãe dos alunos, cuidando dos seus alojamentos e administrando suas demais funções diárias fora das salas de aula. As aulas de arte e cultura pantaneira não existem mais. A valorização do homem pantaneiro e seus conhecimentos ficou apenas no papel.

Entendemos que o currículo das escolas pantaneiras hoje é linear, estático, sequencial e que faz uma distinção da cultura em alta e baixa e valoriza mais os conhecimentos científico do que os saberes populares. Esse currículo “segue fielmente o script das grandes narrativas da ciência, do trabalho capitalista e do estado-nação. No centro do currículo existente está o sujeito racional, centrado e autônomo da Modernidade” (SILVA, 2004, p. 115) que não favorece a contextualização da realidade social e cultural dos alunos pantaneiros.

Com o passar do tempo outra dificuldade apareceu. Com relação aos anos finais do ensino fundamental, não há professores dispostos a morar nas fazendas mais distantes, dessa forma, a aqueles que aceitam o desafio assumem várias disciplinas, sem a devida formação, para salas multisseriadas, diminuindo a qualidade de ensino.

Nos anos iniciais, observamos salas minúsculas, com 25 crianças, em salas multisseriada, com apenas uma professora ministrando todas as disciplinas. As salas além de pequenas com pouca ventilação pois não há ventiladores e as janelas são do tipo vitrô, sem cortinas. Os professores colocam papel pardo nas janelas para o sol não entrar.

Esse cenário mostra a desvalorização de professores e a educação sem qualidade ofertada aos alunos do pantanal. Os professores que precisam trabalhar para sustentar suas famílias se sujeitam a desempenhar esse papel, muitas vezes de esforço sobre-humano, ao ministrar aulas para classes multisseriadas em várias disciplinas e estar isolados de seus familiares. Eximimos aqui qualquer culpa dos professores em relação à qualidade ruim da educação ofertada nas Escolas Pantaneiras hoje, visto que, não passam de instrumentos do poder público. O poder público mantém essas escolas para dizer que cumpre seu papel de ofertar educação gratuita para todas as crianças, como está na Constituição, mas não faz esforço algum para garantir uma educação de qualidade ou estrutura para que os professores exerçam bem a sua função, pois isso demanda investimentos, mas a educação não dá o retorno que precisam, pois, pessoas bem formadas escolhem melhor seus representantes. Tal situação é uma estratégia do currículo moderno.

O currículo Moderno é arquitetado para conduzir as práticas educativas. Os currículos estão recheados de conhecimentos especializados em regular, disciplinar as formas de pensar e agir (BUJES, 2012). Forma-se o professor para que este no futuro molde seus alunos, dentro das normas da sociedade dita civilizada com identidades homogêneas.

A cultura escolar dominante em nossas instituições educativas, construída fundamentalmente a partir da matriz político-social e epistemológica da

modernidade, prioriza o um, o uniforme, o homogêneo, considerados como elementos constitutivos do universal (CANDAU, 2011, p. 241).

A educação quando norteadada por esse tipo de currículo, monocultural e hegemônico silencia e homogeniza identidades do campo, indígenas, quilombolas e identidades de gênero impactando negativamente formação de professores e a educação das crianças (BUJES, 2012). Dizer que valoriza a diversidade cultural sem discutir a construção das diferenças, não contribui em nada para mudar os olhares da sociedade preconceituosa em que vivemos (CANEN e OLIVEIRA, 2002). Dessa forma, a educação que deveria ser diferenciada e adequada aos seus contextos de vida, acabou se tornando igual a ofertada em área urbana. Mas pensamos que mesmo agonizando a escola pantaneira resiste.

Para além das questões curriculares, a escola pantaneira se caracteriza como um espaço outro, dentro do contexto do pantanal, representando cultura, relações de poder e resistência. As escolas pantaneiras devem ser repensadas por meio das relações que a própria escola negocia e traduz nas relações de poder e saber no contexto pantaneiro.

O projeto era para ter sido um sucesso até os tempos atuais, mas acabou totalmente descaracterizado por falta de diálogo, apoio e vontade política, prejudicando grandemente os estudantes pantaneiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das leituras, dos documentos analisados e das observações feitas na Escola Municipal Pantaneira Santana compreendemos que a ideia do projeto inicial para as Escolas Pantaneiras era de implantação de educação do campo, com a valorização dos sujeitos, de sua cultura e de seu contexto, no caso o Pantanal. A concepção de educação para as Escolas Pantaneiras previa muitas aulas de campo e aulas práticas, com professores capacitados a utilizar diferentes metodologias, mas com o passar do tempo, e sem investimentos nas Escolas Pantaneiras, toda a ideia inicial foi desmantelada e hoje o ensino nessas escolas é caracterizado como educação rural, ou seja, ensino, currículo e metodologias iguais às utilizadas nas escolas urbanas, como observado na Escola Municipal Pantaneira Santana.

Dessa forma, consideramos que a Escola Municipal Pantaneira Santana não possibilita uma formação diferenciada em seu processo pedagógico voltado para o ambiente natural do Pantanal, como pensado no projeto original, esta possui todas as características de um ensino urbano. Acreditamos que a educação oferecida nas Escolas Pantaneiras na atualidade precisaria ser ressignificada, por meio de investimentos em estrutura, cursos, capacitações para professores em práticas pedagógicas que encorajem a construção de subjetividades e identidades dialogando com as diferenças no contexto pantaneiro.

A valorização da pluralidade cultural sem diálogo, não consegue neutralizar os mecanismos históricos, políticos e sociais presentes nos discursos de silenciamento de identidades habituadas às margens da nossa sociedade preconceituosa. É necessária uma postura crítica do professor deixando de ser apenas um conhecedor cultural para ser um trabalhador cultural, cruzando as fronteiras culturais transformando os discursos em práticas.

Educação e cultura são e estão articuladas e diante da diversidade cultural existentes nas salas de aula devem ser trabalhadas e utilizadas com pedagogias decoloniais na valorização das diferenças para superação da discriminação e preconceitos.

As Escolas Pantaneiras enquanto espaços culturais, em seu processo formativo, envolve o cotidiano, a cultura, o meio ambiente e suas inter-relações, a comunidade e a resistência. Dessa forma, é importante que o currículo privilegie e encontre meios para ensinar, respeitar e valorizar essas formas diferentes e ricas de conceber saberes e conhecimentos, assim como buscar um fazer pedagógico que articule a negociação entre saberes e conhecimentos, culturas e modos de ser.

É preciso que as comunidades escolares das Escolas Pantaneiras ressignifiquem suas práticas e lutem por suas especificidades e por uma identidade própria, na busca pela transformação por uma escola que tenha como característica principal a aprendizagem e valorização cultural de seu aluno, que busca sua inserção na sociedade como uma escola do campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUIDAUANA. (cidade). Prefeitura Municipal de Aquidauana. Decreto Municipal Nº 1730/2000. **Projeto Escolas Pantaneiras**. Aquidauana, 2000.
- AQUIDAUANA. (cidade). Prefeitura Municipal de Aquidauana. Secretaria de Educação, Cultura e Esporte. **Projeto Escola**. Aquidauana, 1998.
- BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2019.
- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. “Currículos da formação docente e práticas de subjetivação”. **Série-Estudos** - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB: Campo Grande, 2012.
- CABRITA, Débora Alves Pereira; CÁCERES, Maria Luiza. **Comitivas Pantaneiras**. In: GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0115-1.pdf> Acesso em 2 ago. 2020
- CANEAU, Vera Maria Ferrão. Movimento sociais processos de inclusão e educação. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 279-84, jan./abr. 2011.
- CANEN, Ana; OLIVEIRA, Angela M. A. de. Multiculturalismo e currículo em ação: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 61-74, set./dez. 2002.
- DEWEY, John. A criança e o programa escolar. In: DEWEY, John. **Vida e Educação**. Tradução e estudo preliminar por Anísio S. Teixeira. 10ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. pp. 42-62
- GARCIA, H. P. A. **Ludicidade em escolas do Pantanal**. (2006). Monografia (Curso de Educação Física) Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2006.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- GONÇALVES, Young Shim; NOGUEIRA, Eliane Greice Davanço. (Des) Caminhos da Educação Pantaneira. **Revista Teias**, [S.l.], v. 19, n. 55, p. 315-328, 2018. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2018.29313>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/34147/27299>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKAATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.; São Paulo: Atlas 2003.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de; SUSSEKIND, Maria Luiza. Das teorias críticas às críticas das teorias: um estudo indiciário sobre a conformação dos debates no campo curricular no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, e227157, 2017 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782017000400212&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 outubro 2020
- ROBBA, C. **Aquidauana ontem e hoje**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1992.
- SANTOS, Eugênia Aparecida dos. **Educação Ambiental em Escolas Pantaneiras de Aquidauana, Mato Grosso do Sul: avanços e perspectivas**. (2004) Dissertação (Mestrado

em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, UNIDERP, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2004.

SILVA, Tomaz T. **Documentos de identidade uma introdução às teorias do currículo**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

THIMOTEO, Fatima Elisabete Pereira. **Programa escola pantaneira**. Aquidauana, MS. São Paulo: Gráfica Dedone, 2003. Disponível em: <https://www.ecoa.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Escola-Pantaneira.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

ZERLOTTI, Patrícia Honorato. **Os saberes locais dos alunos sobre o ambiente natural e suas implicações no currículo escolar: um estudo na Escola das Águas – Extensão São Lourenço, no Pantanal de Mato Grosso do Sul**. (2014). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, de Campo Grande, MS, 2014.